

Fogos dão guerra na UE

O PS é acusado de não se ter empenhado na discussão das ajudas da UE aos incêndios

DANIEL DO ROSÁRIO
CORRESPONDENTE EM BRUXELAS

A DISCUSSÃO sobre os incêndios em Portugal, realizada esta semana no Parlamento Europeu, ficou marcada pela polémica entre os eurodeputados portugueses, com trocas de acusações e duras críticas ao PS.

Em causa estava o texto de resolução votado na quinta-feira e que, na versão original, se limitava a referir a contribuição financeira proposta pela Comissão Europeia, de 31,6 milhões de euros, sem exigir o seu aumento, apesar de essa ter sido a nota comum das intervenções realizadas no debate em plenário, no início da semana. Só após a apresentação de uma emenda, votada separadamente, é que o texto final passou a defender que «a

contribuição do Fundo de Solidariedade deveria aproximar-se ainda mais do valor total da ajuda de urgência elegível, avaliada em 94,5 milhões de euros».

Este texto foi negociado durante uma reunião entre as várias famílias políticas europeias, na terça-feira à tarde, na qual o PS foi o único a não se fazer representar por um eurodeputado, deixando a defesa da posição do seu grupo a um socialista austríaco. Para os demais portugueses esta ausência foi crucial para enfraquecer a posição portuguesa. Também não passou despercebido o facto de, na segunda-feira, no debate em plenário, os sociais-democratas, populares e comunistas portugueses terem falado em nome dos respectivos grupos, enquanto os socialistas apenas participaram na segunda ronda de intervenções.

O social-democrata Carlos Coelho, que participou naquela reunião, relatou as tentativas feitas por elementos de outros países de «minorar» a situação portuguesa. Apesar de ter sido visto a discutir o assunto com Carlos Lage, o chefe da delegação do PS, perante os microfones o parlamentar laranja preferiu uma postura mais diplomática, repetindo estar apenas interessado no resultado final e «no melhor para o país». A comunista Ilda Figueiredo foi mais longe, ao considerar que «numa primeira apreciação» a proposta socialista era a «globalmente mais distante do problema português», pois «não foi elaborada com a participação de portugueses». Já Ribeiro e Castro (CDS) criticou indirectamente a ausência do PS, ao sublinhar a respectiva importância. Recordando que «houve alguns momentos quentes» na reunião, este eurodeputa-

do disse que, apesar da sua participação não estar prevista no encontro, recebeu «um alerta de que era bom ir», pois havia deputados de outros grupos que «diziam que não se estava a tratar de um problema português».

Fontes do PS dizem não saber «de quem foi a culpa», mas consideram que «alguém devia ter acompanhado a discussão», nomeadamente os responsáveis pelas áreas da agricultura e orçamento. Os principais visados pela polémica consideram as acusações injustificadas face aos resultados. «Não me passou alguma vez pela cabeça que pudessem existir problemas nessa negociação. Mas, olhando para a resolução final, verifica-se que ela coincide com a posição socialista e as dos demais grupos políticos. O resultado é bom» — afirmou Carlos Lage.